



Política de Privacidade

- Este *website* é propriedade da Fundação-Lar de Cegos de Nossa Senhora da Saúde, adiante designada por FLar.
- A FLar é uma Instituição Particular de Solidariedade Social (IPSS), sem fins lucrativos, reconhecida como pessoa coletiva de utilidade pública (Diário da República n.º 34, de 10 de fevereiro de 1989), e tem por finalidade prestar assistência, primordialmente, a invisuais pobres de qualquer idade e a cidadãos na velhice e invalidez, especialmente nas situações de falta de meios de subsistência.
- Com a entrada em vigor, a 25 de Maio de 2018, do Regulamento Geral de Proteção de Dados (RGPD), a FLar pretende dar a conhecer as regras gerais de tratamento de dados pessoais, no respeito e cumprimento do disposto na legislação em vigor.
- A FLar compromete-se a garantir a proteção e privacidade dos dados pessoais recolhidos, quer presencialmente, quer *online*, em conformidade com o novo normativo. O recurso a qualquer serviço disponível no sítio www.flcegos.pt ou facebook, atribui ao indivíduo a condição de “utilizador”, estando essa utilização sujeita à aceitação das condições plasmadas na presente Política de Privacidade. O acesso à página da Internet ou ao facebook pressupõe a concordância e a aceitação da recolha e tratamento dos dados, de acordo com esta política.
- O teor desta matéria é meramente informativo e não desobriga a consulta da legislação em vigor ([Comissão Nacional de Proteção de Dados](#)).

COMPROMISSO

A privacidade e a proteção dos dados constitui um compromisso fundamental da FLar, tomando as medidas necessárias por forma a cumprir o RGPD e garantir a proteção e confidencialidade dos dados pessoais, no cumprimento das suas funções e obrigações, assegurando que o tratamento dos dados seja lícito, leal e transparente (princípios da licitude, lealdade e da transparência), recolhendo apenas a informação adequada e pertinente à finalidade a que se destina (princípio da minimização dos dados) (Art. 5.º do RGPD).

A confiança depositada na FLar, ao facultar os seus dados pessoais, é fundamental para garantir a eficácia e eficiência dos serviços, assim como uma divulgação segura e responsável das nossas iniciativas e eventos, por qualquer meio de divulgação ou comunicação. Esses registos são armazenados na FLar e utilizados na sua comunicação interna e externa, por exemplo, resenhas de imprensa, publicação em redes sociais ou *websites*, relatórios ou projetos.



DEFINIÇÃO DE DADOS PESSOAIS

É qualquer informação relativa a uma pessoa singular identificada ou identificável (“titular dos dados”), independentemente do suporte físico e do formato em que se encontre armazenada. Uma pessoa singular identificável é aquela que pode ser identificada, direta ou indiretamente, por referência a um identificador como um nome, um número de identificação, uma fotografia, dados de localização, um identificador eletrónico ou a um ou mais elementos específicos da identidade física, fisiológica, genética, mental, económica, cultural ou social dessa pessoa singular (n.º1 do Art. 4.º do RGPD).

NECESSIDADE DE RECOLHER DADOS PESSOAIS

A recolha de dados pessoais é efetuada através do preenchimento de formulários, impressos ou meios eletrónicos e tem como objetivo a gestão dos utentes nas Respostas Sociais da FLar e de outros serviços, dos funcionários da instituição e dos seus colaboradores, de entidades externas, individuais ou coletivas, com as quais se estabelecem contratos que visem parcerias, fornecimentos ou prestação de serviços.

O fornecimento de dados pessoais é parcialmente exigido por lei (no caso de regulamentos fiscais ou de apoio social) ou pode também resultar de cláusulas contratuais. A necessidade de elaboração de um contrato obriga o titular dos dados a fornecê-los sem a necessidade de autorização expressa. A não disponibilização dos dados inviabilizará a celebração do contrato. Finalidade dos dados:

1. Os dados pessoais dos utentes dos serviços praticados na FLar são tratados no âmbito das Respostas Sociais de ERPI e Centro de Dia e da Fisioterapia.
2. Os dados pessoais dos funcionários e colaboradores são tratados exclusivamente no âmbito do vínculo laboral, dos contratos de trabalho ou da medicina do trabalho.
3. Os contratos com prestadores de serviços deverão incluir exigências específicas e adequadas, em matéria de Política de Proteção de Dados.
4. No caso dos pontos anteriores, os dados podem ser transferidos a terceiros, no enquadramento das obrigações legais da FLar para com as instituições do Estado (por ex., Finanças, Segurança Social) ou por consentimento expresso do titular dos dados.
5. A FLar efetua o registo fotográfico e multimédia das atividades e eventos organizados por si.
6. Adicionalmente, os dados pessoais poderão ser tratados para efeitos disciplinares, de investigação, deteção e repressão de crimes graves.

TRATAMENTO DE DADOS PESSOAIS

Consiste na operação ou num conjunto de operações efetuadas sobre os dados pessoais, por meios automáticos ou manuais, tais como a recolha, o registo, a organização, a estruturação,



Fundação-Lar de Cegos de Nossa Senhora da Saúde

Fundada em 1896 por D. Maria Balbina dos Reis Pinto
Instituição de Utilidade Pública (IPSS) D.R. Nº 34 de 10/02/1989 3ª Série

a conservação, a adaptação ou alteração, a recuperação, a consulta, a utilização, a divulgação por transmissão, difusão ou qualquer outra forma de disponibilização, a comparação ou interconexão, a limitação, o apagamento ou a destruição (n.º2 do Art. 4.º do RGPD).

DISPONIBILIZAÇÃO DE DADOS PESSOAIS A TERCEIROS

A FLar, no âmbito da sua atividade, pode recorrer a subcontratantes, para cumprimento das suas responsabilidades e atribuições, tomando as medidas necessárias de forma a assegurar que essas entidades oferecem as garantias de segurança e procedem ao tratamento dos dados pessoais de acordo com o RGPD e no respeito pela presente Política de Privacidade.

Os dados pessoais só podem ser disponibilizados a entidades externas quando tal se encontre especificamente previsto na Lei, ou com o consentimento do titular dos dados.

Em caso de exigência de dados pessoais por auditores ou autoridades externas, o seu fornecimento será limitado ao estritamente necessário para que essas entidades possam executar adequadamente as tarefas e funções que por via da lei ou de contrato lhes estão cometidas.

RESPONSÁVEL PELO TRATAMENTO DE DADOS

A entidade responsável pelo tratamento dos dados pessoais é a Fundação-Lar de Cegos de Nossa Senhora da Saúde que determina a finalidade, a recolha e os meios de tratamento dos mesmos.

ENCARREGADO DA PROTEÇÃO DE DADOS

Ao Encarregado da Proteção de Dados incumbe o contacto entre a FLar e a Autoridade Nacional de Controlo (CNPD), bem como entre a FLar, os funcionários, colaboradores, prestadores, fornecedores e os utentes dos serviços internos, relativamente ao tratamento de dados pessoais.

Para este efeito, caso o titular dos dados pessoais necessite de entrar em contacto com o responsável pelo tratamento de dados da FLar, poderá fazê-lo através dos meios e contactos indicados:

- por carta endereçada para o responsável pelo tratamento de dados (FLar), dirigida a:
Fundação Lar de Cegos de Nossa Senhora da Saúde
Encarregado da Proteção de Dados
Rua Silva Carvalho n.º 36 1250-254 LISBOA
- por endereço de correio eletrónico: ce@flcegos.pt



DEFINIÇÃO DE REGRAS E PROCEDIMENTOS DE SEGURANÇA E PROTEÇÃO DE DADOS

A FLar, na proscussão da sua política de privacidade e proteção de dados, tem vindo a adotar e a implementar medidas técnicas e organizativas adequadas para melhorar a segurança da informação. Essas medidas incluem um conjunto de procedimentos e regras de acesso aos dados, implementação de boas práticas, a utilização de *software* autorizado, atualizado e credenciado que minimize os riscos e as vulnerabilidades da infraestrutura informática da FLar, contribuindo para os aspetos de segurança física, segurança informática e segurança da informação. Desta forma, pretende-se a satisfação dos princípios de integridade e confidencialidade preconizados no RGPD.

TEMPO DE CONSERVAÇÃO DOS DADOS PESSOAIS

Existem requisitos legais que obrigam a conservação dos dados por um período de tempo mínimo. Não existindo uma necessidade legal específica, os dados serão armazenados e conservados apenas pelo período mínimo necessário para a prossecução das finalidades que motivaram a sua recolha ou o seu posterior tratamento, nos termos definidos na lei (limitação da conservação) (alínea e., do n.º1 do Art. 5.º do RGPD).

DIREITOS DO TITULAR DE DADOS

A FLar deverá assegurar os procedimentos que visam proteger os direitos dos titulares dos dados, nomeadamente (Art. 15.º, 16.º, 17.º e 18.º do RGPD):

- a conformidade com a finalidade específica da recolha dos dados, ou seja, os dados pessoais não podem ser utilizados para fins diferentes daqueles que motivaram a sua recolha e dos quais o titular dos dados foi devidamente informado;
- o acesso ao dados pelo titular dos mesmos, o fornecimento de informação sobre o tratamento, conteúdo e sobre o seu direito à consulta e correção da informação;
- a retificação, limitação, portabilidade ou eliminação dos dados (exceto quando os dados são indispensáveis à prossecução das atribuições da FLar e outras obrigações legais) e a notificação, caso seja possível, de terceiros que hajam tido conhecimento desses dados;
- não utilizar os dados pessoais para fins de publicidade, *marketing* direto ou qualquer outra forma de prospeção comercial, bem como a sua não comunicação a terceiros para os mesmos fins, salvo com o consentimento prévio do titular dos dados.

Para efeitos de garantia dos direitos do titular dos dados, deverá este efetuar o pedido através de carta endereçada ao Encarregado de Proteção de Dados ou do endereço de correio eletrónico ce@flcegos.pt.



Fundação-Lar de Cegos de Nossa Senhora da Saúde

Fundada em 1896 por D. Maria Balbina dos Reis Pinto
Instituição de Utilidade Pública (IPSS) D.R. Nº 34 de 10/02/1989 3ª Série

No caso de violação dos dados pessoais, o seu titular tem o direito de reclamar junto da Comissão Nacional de Proteção de Dados.

TRANSFERÊNCIAS INTERNACIONAIS DE DADOS

A FLar não procede à transferência internacional de qualquer tipo de dados pessoais dos seus utentes, funcionários, colaboradores, fornecedores ou prestadores de serviços.

ALTERAÇÕES À POLÍTICA DE PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS

À FLar reserva-se o direito de, em qualquer momento, proceder a modificações ou atualizações da presente Política de Privacidade, numa perspetiva de melhoria contínua e de garantia dos direitos individuais e da proteção dos dados pessoais.

Consulte regularmente esta Política de Privacidade por forma a verificar quaisquer alterações na forma como a FLar trata os dados pessoais.

Elaborado em 05-06-2018.